

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.002](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.002)

A TERRA É O BERÇO COMUM: CARLOS DIAS FERNANDES E O SEU IDEAL DE NAÇÃO (1913-1914)

Itacyara Viana Miranda

Doutora em Educação pelo PPGE/UFPB; Mestre em História pelo PPGH/UFPB; Professora do Departamento de Fundamentação da Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Vice coordenadora do Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO, itacyaravm@gmail.com;

Thais Gabrielle de Aguiar Mendes Prazim

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Membro do Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO; Pesquisadora PIBIC, thais.prazim21@gmail.com;

Vanessa Costa Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Membro do Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO; Pesquisadora PIVIC, vanessa.cvs960@gmail.com;

RESUMO

O presente artigo busca identificar e analisar a figura do Carlos Dias Fernandes, entre 1913 e 1914, procurando delinear possíveis correlações desse sujeito, apreendido enquanto intelectual, e as dinâmicas do contexto social, cultural e educacional do Estado, tomando como base a instituição do Lyceu Parahybano. Sendo assim, objetivamos a apreensão do Dias Fernandes, partindo de alguns aspectos de sua trajetória e de suas ideias em torno de uma noção de pátria. Dito isto, importa destacar que a tessitura dos caminhos percorridos por figuras consideradas como intelectuais em determinadas épocas, permitem o entendimento das possíveis conjunturas existentes, bem como do desenrolar das ideias ali forjadas, entre meados do fim do Império e

o início na República. Constitui importante caminho para apreensão de uma História da Educação – seus sujeitos instrucionais, espaços escolares e ideias –, o *corpus* documental dos periódicos, sendo essa a principal fonte empregada na pesquisa, a saber: *O Norte*, *O Jornal* e *A União*. Este último, tem grande relevância não só por ser o órgão oficial do governo, no qual o Carlos Dias Fernandes era diretor, mas também por ter sido o local da publicação de sua conferência proferida no Lyceu - *Noção de Pátria*. No que pese ao suporte teórico-metodológico, destacamos a História Cultural como elemento norteador, sendo o campo da História da Educação e da história dos intelectuais pontos dialógicos do processo construtivo do conhecimento aqui apresentado.

Palavras-chave: História da Educação, Intelectuais, Carlos D. Fernandes, Noção de Pátria.

INTRODUÇÃO

O artigo que se apresenta é fruto das pesquisas realizadas junto ao Programa de Iniciação Científica¹, tendo como objetivo a apreensão da história do Lyceu Parahybano via sujeitos instrucionais e suas ações. Portanto, ao anunciar a figura do Carlos Dias Fernandes e a sua conferência *Noção de Pátria*, assim o fazemos mediante tal entendimento, qual seja: de ter sido o intelectual e sua produção, atravessada pela confluência com a mais antiga instituição pública secundária da Paraíba.

É fundamental que se diga que o conferencista e a conferência por ele proferida tem sido interpretada como um conjunto do intelectual que perseguimos. Nessa direção, nos interessa o desenho das relações que o Dias Fernandes travou com o mundo, pois isso é relevante para o processo de formação de quem ele era. Portanto, a intenção é apreendê-lo em meio às suas redes de sociabilidades e seus espaços de circulação. Ao tratar o intelectual por esse ângulo, entendemos ser possível apreender, ainda que parcialmente, a sua obra e suas ideias, dentre os quais destacamos o discurso ligado à modernidade. Temática essa, que tem marcado a construção do debate argumentativo acerca da configuração deste artigo.

Vieira (2011) aponta a relação tênue existente entre intelectuais e modernidade, defendendo que esta seria conquistada a partir de investimentos em diferentes áreas, sendo a educação e a cultura parte do projeto de desenvolvimento para o país. Essa visão nos auxilia a refletir não só sobre o conteúdo apresentado pelo conferencista, mas o momento de sua produção, 1914. Sem sombra de dúvidas, o contexto histórico é representativo da forma como Carlos Dias Fernandes vem tecendo a sua noção de pátria, progresso e modernidade nacional.

É preciso deixar evidente que não estamos aqui tomando o termo modernidade como um conceito, mas sim, como uma ideia que se incorporou nos mais variados domínios da sociedade: Estado moderno, costumes e ideias modernas, conforme argumentou Faria

1 Artigo resultante do Projeto de Iniciação Científica/PIBIC/PIVIC/UFPB - Por uma História da Instrução Pública Secundária: Lyceu Parahybano e suas redes de sociabilidades (1913-1923).

Filho (2009). Portanto, a análise do documento *Noção de Pátria*, leva em conta seus desdobramentos nacionais em conformidade com o que pregava à República.

Paralelo a esse entendimento, importa saber o sentido integrativo e continuado da educação ao longo da vida dos sujeitos lyceais, dentre os quais tomamos como referência a figura do Carlos D. Fernandes, intelectual de grande destaque no cenário paraibano. Vieira (2015) ao tratar da história dos intelectuais diz serem eles, parte integrantes de uma lógica social. Não só concordamos com isso, como reforçamos essa ideia a partir do significado do termo trajetória - caminho percorrido por um corpo ou partícula em movimento -, fazendo uma alusão direta aos percursos percorridos.

Com base no que tem apontado a historiografia da educação da Paraíba, o Lyceu tem sido identificado como o berço de formação dessa elite intelectual, que estaria sendo preparada para ocupar os cargos de poder e prestígio social. O envolvimento das memórias e projetos de vida de (ex)professores e (ex)alunos dessa Instituição, acabam sendo pontos de cruzamentos possíveis para pensar as representações daquele ambiente de ensino tão importante ao Estado, mas também para realizar leituras diversas sobre os seus indivíduos por ele e nele formados e a sua atuação na sociedade, o que nos parece ser o caso de Carlos Dias Fernandes, sua trajetória de vida, suas redes de sociabilidades e o seu entendimento de Pátria.

METODOLOGIA

Pensar metodologicamente é pensar nos caminhos que nos levam a um ponto de chegada, nas estratégias e escolhas anunciadas, nos referenciais teóricos elencados, dentre tantos outros fatores que julgamos serem importantes para o curso da pesquisa. O método, é, pois, elemento primordial nesse sentido, sendo o conjunto das técnicas aplicadas e dos procedimentos de leitura e análise das mais variadas fontes históricas, o movimento em direção a constituição de um ou mais produtos. Conforme questionou Certeau (2002, p.65), em a Operação Historiografia: o que fabrica o historiador quando faz história? Responder a tal questionamento é creditar valor ao produto gerado, a escrita, mas tudo isso sem

deixar de lado o percurso da crítica e da reflexão dos fatos, haja vista o entendimento atribuído aos três aspectos dessa operação, a saber: o lugar social, a prática e o artefato textual.

Dito isso, os referenciais teóricos metodológicos trazidos pela História Cultural contribuíram para o emprego de um novo olhar acerca dos estudos da História da Educação, cujo foco tradicional de investigação esteve centrado durante muito tempo na história das ideias pedagógicas e na história assentada predominantemente na legislação educacional. A História Cultural estuda os mecanismos de produção dos objetos, dos sujeitos e das agências que produzem a cultura. Nessa direção, temos a acionado para refletir acerca do intelectual, Carlos Dias Fernandes e suas redes de sociabilidades. Embora o universo das fontes tenha sido ampliado e que estes venham contribuindo para estudos diversos, ainda assim, entendemos que elas, as fontes, devem ser problematizadas para uma melhor compreensão daquilo que estamos propondo.

As fontes históricas não são fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p.5-6).

Enquanto fontes históricas, os jornais ganham expressividade no corpo desse artigo, uma vez que correspondem a um traço da dinâmica da vida cotidiana, que sabemos não voltar mais tal qual ocorrerá, mas que nos permitem pensar o intelectual, seus produtos e a instrução.

Os jornais, como temos dito, são ricos em informações representativas do curso da vida em seu tempo presente, os trabalhos de História da Educação que se utilizam da imprensa tem anunciado múltiplas abordagens, a saber: apontam traços relacionados às diversas facetas dos processos instrucionais – divulgação de cursos e de programas de ensino; se apresentam como lugar de afirmação de um grupo, mais também, enquanto lugar de permanente regulação coletiva, tendo em vista as suas principais características: a divulgação dos acontecimentos, os debates, as discussões, as

polêmicas e os conflitos. Acerca da utilização dos jornais enquanto fonte, destacamos:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...]. (NÓVOA, 2002, p.31).

Basicamente foram três os jornais utilizados – *A União*, *O Norte e O Jornal* –, formando o arcabouço documental deste artigo, sendo eles encontrados com maior facilidade nos arquivos da Hemeroteca Digital Nacional e do próprio jornal *A União*, espaços selecionados para execução do trabalho de pesquisa com as fontes. A leitura e análise desse conjunto de periódicos, tem sido o caminho possível para pensar a História da Educação, História dos Intelectuais, em particular, do Carlos Dias Fernandes e a sua conferência *Noção de Pátria*.

Vale salientar que a história dos intelectuais, diferente de uma história intelectual que tem nas correntes de pensamento o seu objeto fundamental, se voltou para os sujeitos enquanto produtores de ideias, bem como para as suas trajetórias de vida. Ao preferir a história dos intelectuais à história intelectual, estamos aqui deixando clara a opção teórica metodológica escolhida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange aos resultados e discussões, apontamos como elemento inicial a ideia de história dos intelectuais com o qual estamos trabalhando e que embasa a escrita desse artigo, qual seja: a história dos intelectuais apesar de autônoma é atravessada pela história política, social e cultural, sendo a figura do intelectual compreendida mediante duas acepções que se complementam, uma mais ampla relacionada ao sujeito enquanto mediador cultural, tal como os jornalistas, escritores e professores secundários e outra mais específica que se volta para a ideia de engajamento, pensando no sujeito enquanto interventor do meio social do qual faz parte. Tal

concepção aqui empregada, evidencia o esforço em dialogar com as ideias de Sirinelli (2003), acerca da história intelectual e dos intelectuais, no qual damos destaque.

Apreender o intelectual, é, pois, identificar o indivíduo em suas várias faces e ações. Nesse sentido, Certeau (2002) nos ajuda a pensar estes homens a partir do seu *lugar social*. Tal perspectiva analítica e conceitual anunciada pelo campo historiográfico, nos permite debater a imagem de alguns dos sujeitos pertencentes ao grupo de intelectuais na Paraíba no período de transição do Império para República, submerso a um conjunto de particularidades políticas, socioeconômicas e culturais que dizem muito do lugar social por estes ocupado, bem como a sua formação enquanto intelectual.

É preciso deixar claro que, embora seja nosso propósito a busca por pistas e indícios das vivências e ações desses homens - políticos, escritores, professores secundários -, ainda assim temos a noção que o que nos chega é parte de uma imagem verossímil de um passado que já não se apresenta tal qual existiu. Portanto, o intelectual ou a história intelectual que se apresenta é parte de uma trama de conexões e pontos que ora se encontram, ora se desencontram em função da constituição da imagem daquilo que estamos chamando de intelectual e suas redes de sociabilidades.

Dito isto, nos aproximamos da trajetória de vida do personagem central desse artigo, o Carlos Dias Fernandes (1874-1942). Segundo identificamos, há uma historiografia, não diríamos vasta, mas significativa a seu respeito, a exemplo do trabalho de tese produzido por Galvíncio (2013), que também vem apreendendo o Dias Fernandes enquanto intelectual um homem de múltiplos interesses, ideias e inserção na sociedade. O que podemos perceber quando da análise dos seus escritos na qualidade de literato, político ou mesmo jornalista, foi que existiu um vasto leque de temáticas que versavam desde a defesa do vegetarianismo, o que nos apareceu como sendo opção de vida do indivíduo até questões mais gerais relacionadas à instrução, seus desafios em termos de qualidade de ensino e estrutura de aulas e também do papel desta, enquanto espaço de difusão de preceitos civilizados na sociedade. Tal multiplicidade e complexidade de ideias por ele anunciadas e identificadas nas fontes de pesquisa, jornais paraibanos, refletem um aspecto do

homem, de sua emaranhada trajetória de vida, do lugar social por ele ocupado.

No que pese a trajetória de vida, alguns indícios podem ser aqui relatados. No *Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand* (2009), encontramos elementos importantes da trajetória de Carlos D. Fernandes, a começar pelo lugar e data de seu nascimento, Mamanguape, 20 de setembro de 1874. O mesmo era filho do médico Nepomuceno Dias Fernandes e de Maria Augusta Saboia Dias Fernandes, esta última, dona de casa, produzia e vendia doces e foi a primeira mestra do seu filho. Em 1890, Carlos D. Fernandes iniciou a Faculdade de Farmácia no Recife, mas não conseguiu concluir devido a morte de um tio que o ajudava financeiramente. Diante desse fato e da não conclusão do curso de farmácia, acabou migrando para o sudeste do Brasil, onde morou e trabalhou em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, tais como: *O Debate*, *Jornal do Comércio*, *Imprensa*, *A Gazeta da Tarde* e *A Cidade do Rio*. Já em 1901, seguiu para o Pará, onde também residiu e escreveu muitos artigos na *Gazeta de Belém*, alguns sob o pseudônimo de Jayme Aroldo. No jornal *A Província do Pará*, foi diretor e redator. Em 1912, de volta ao Nordeste, trabalhou no *Jornal de Recife* e se formou Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife.

Temos defendido que, pensar o Carlos D. Fernandes, é, pois, pensar suas produções e atuações nas mais diversas esferas da sociedade. Sirinelli (2003), nos auxilia na análise e contribui para o debate em torno das redes de sociabilidades. Tais redes, são espaços sociais de fomentação e compartilhamento de ideias divergentes e convergentes, acionados nesse artigo para apreender o intelectual, suas vinculações com a produção nos jornais, mas também em diversos outros ambientes, a exemplo do próprio Lyceu Parahybano, que não só foi um local de formação da juventude estudiosa na Paraíba, mas um lugar de circulação e produção de pessoas e ideias desde o século XIX. Carlos Dias Fernandes e o Lyceu, tiveram uma relação direta, passando da fase de estudante secundarista à fase de aluno regresso, diretor do jornal *A União* em 1913.

Quanto ao retorno à terra natal, Paraíba, em 1913, identificamos na documentação consultada que se deu em decorrência de

um convite feito pelo então governador em exercício, José Pereira de Castro Pinto. O convite era para Carlos D. Fernandes ocupar o cargo de Administrador da Imprensa Oficial e diretor do órgão oficial do governo, o jornal *A União*. Castro Pinto e Carlos D. Fernandes mantiveram laços desde o início de suas trajetórias educacionais, tendo ambos estudado no Lyceu Parahybano. Contudo, dizemos ter sido no campo da política que os laços de amizade se estreitaram ainda mais. Ao aceitar o convite feito por Castro Pinto, Dias Fernandes passou a comandar o jornal *A União*, e ali encontrou espaço de produção e divulgação de suas ideias, sendo o intelectual identificado e revestido de significados, uma vez que *A União* foi e ainda é um órgão de comunicação de grande prestígio na sociedade paraibana. Temos suscitado a hipótese que o seu retorno ao Estado e a sua associação com a política de Castro Pinto, gerou um maior alcance e notoriedade do intelectual e homem de poder.

Conforme temos dito, o jornal *A União*, sem sombra de dúvida foi um espaço de constituição e construção da figura do Dias Fernandes no campo da intelectualidade paraibana. Vários de seus trabalhos foram publicizados, o que nos permite inferir que crescem em termos de circulação de ideias e ideais, a exemplo do vegetarianismo como já dito anteriormente, mas também como o fato da defesa dos animais, conforme identificamos em uma de suas conferências, qual seja: a fundação da Liga protetora de animais da educadora Francisca Moura realizada no Teatro Santa Rosa em 1914. O seu posicionamento frente a pauta de defesa e proteção animal também foi apreendida no ofício endereçado ao Chefe de Polícia Manuel Tavares, no qual dizia:

Com o presente officio tomo a liberdade de enviar a V. S.^a quarenta exemplares do Decreto n.º 8 de 26 de julho de 1918, do executivo do município desta capital. Venho, ao que me parece, ao encontro da vontade de V. S.^a para quem a <União> tantas vezes apellou; na sua dupla qualidade de Chefe de Polícia do Estado e um dos socios mais illustres da Sociedade Protectora dos Animaes, no intuito de fazer cessar os excusados maos tratos barbaramente inflictos aos nossos animais de carga e tração[...]. (O NORTE, 2 de agosto de 1918).

As questões anunciadas no ofício dizem muito sobre o Carlos Dias Fernandes e as suas posições frente à causa animal, mas também expõe de qual sociedade estamos falando. Uma sociedade que está em pleno processo de desenvolvimento e civilização de suas estruturas, hábitos e condutas, cuja Sociedade Protetora dos Animais é, pois, uma vertente expressiva dessa configuração político, sócio, cultural do período de transição do século XIX para o século XX. Diante da leitura da citação, cogitamos também ser possível apreender o intelectual, sendo os jornais em circulação na Paraíba, um canal de defesa de suas ideias.

No que tange às prováveis intencionalidades e vínculos com a política educacional da época, temos sugerido, que em grande medida, se estabelecia um entrecruzamento de ideias políticas alinhadas ao viés republicano de Castro Pinto. Nesse sentido, ao voltarmos a atenção para o campo educacional, identificamos a produção de ideias ligadas a uma proposta de modernização pedagógica, que acabou por ser concretizada quando do projeto de criação da Universidade Popular. Essa última, a Universidade Popular, tinha por objetivo a produção de ciclos de conferências, ora realizados no Teatro Santa Rosa, ora no espaço educacional do Lyceu Parahybano. Acerca dessa instituição, lemos: *Consoante fora anunciado, reuniu-se hontem, pelas 8 horas da noite, no salão de honra do Theatro Santa Rosa, a comissão promotora da criação de uma Universidade Popular neste estado.* (O NORTE, 16 de janeiro de 1913)

A Universidade Popular foi anunciada no jornal *O Norte*, a partir do seu intuito educativo junto a classe proletária e parte da mocidade estudiosa da Paraíba, em especial do Lyceu. Assim, o sócio correspondente na Europa, Symphonio de Magalhães, indicou a ação do governo Castro Pinto e o papel da Universidade, a saber:

O dr. Symphronio poz em relevo o resultado do ensino, emanado de conferencias, prelecções e projecções de vistas cinematograficas, difundindo a universalidade das sciencias no seio das classes proletarias. (O NORTE, 16 de janeiro de 1913).

Os ciclos de conferências, ao que nos pareceu, tinha por objetivo a instrução popular, mas também a criação de um espaço

pedagógico que se alinhava à uma concepção de modernização do ensino, trazendo à tona, assuntos diversos e que de certa forma tinham relação direta com a realidade social daquele período histórico. Das conferências proferidas por Carlos Dias Fernandes na Universidade Popular, temos no Teatro Santa Rosa - *O problema da borracha* (1913); *A Liga protetora de animais* (1914) e no Lyceu Parahybano, a conferência *Noção de pátria* (1914).

Muitas dessas conferências tiveram o seu texto publicado, na íntegra, nas páginas do jornal *A União*, sendo *Noção de Pátria* um exemplo disso. Assuntos de interesse do Dias Fernandes frente ao governo Castro Pinto, bem como trechos de suas obras literárias e debates pertinentes ao campo da educação são pontos profícuos para entender a atuação desse intelectual no Estado/Brasil. Ademais de *A União*, jornais diversos, tais como *O Norte*, também foram palco/espço de publicação das ideias e produções de Dias Fernandes, quais sejam: *Os cangaceiros* (1908) e *Miriam* (1920), obras que apresentaram o intelectual sob o signo de *distincto homem de letras*, conforme apontaram alguns dos seus pares nas páginas dos jornais - *O Norte* e *O Jornal* -, corroborando com a construção de uma possível representação da imagem de brilho e de reputação ilibada de Carlos D. Fernandes no Estado da Paraíba.

Acerca dessa representação, chamamos atenção do discurso proferido pelo Castro Pinto e ressaltamos a importância de estabelecer essa leitura, tendo em vista a aproximação do governo e do governador com Dias Fernandes, conforme já mencionado anteriormente. Assim lemos:

Seria a mais flagrante injustiça não adicionar a esses meus auxiliares o nome invejável do maior dos nossos intelectuais, Dr. Carlos Dias Fernandes, que na direção do órgão officioso, *A União*, soube elevar os fóros da imprensa local a uma altura que em tempo algum alcançou, tamanho fulgôr sua festejada penna de jornalista têm dado às columnas do tradicional periódico do nosso partido [...]. (PINTO, Castro, 01 de setembro de 1913).

Ao debater representação, estamos assim o fazendo em diálogo com Chartier (2010, p.51-52), no qual diz que as representações

longe de serem imagens verdadeiras ou falsas de uma realidade, são antes de tudo carregadas de uma energia que lhes são particulares, induzindo no imaginário a ideia do passado ou do mundo como sendo exatamente sobre eles. Conforme observamos na leitura da citação, o Castro Pinto descreveu Carlos D. Fernandes como *o maior dos nossos intelectuais*. Isso é colocá-lo em uma posição de real prestígio e poder no Estado.

Nos governos que se sucederam ao de Castro Pinto – Francisco Camillo de Holanda, Solón Barbosa de Lucena e João Suassuna –, Carlos D. Fernandes permaneceu como responsável pela superintendência técnica da direção do jornal *A União*. Para além, o intelectual continuou com sua representatividade junto a produção de conhecimento na área da instrução, tendo no governo de Camillo de Holanda, por meio do decreto nº 913 de 14 de março de 1918, sido aprovado o uso e adoção nas escolas primárias, de seu livro didático, *Escola Pittoresca*. Tal obra extrapolou as fronteiras do Estado, tendo sua circulação ampliada, tamanha importância do seu conteúdo.

O jornal do Commercio publicou um artigo do sr. Julio Nogueira apreciando o livro <Escola Pittoresca> do dr. Carlos D. Fernandes. Diz o Sr. Nogueira: [...] No genero Carlos empregou um dos mais difficeis da literatura. Em relação á Escola Pittoresca não basta dizer que o livro corresponde plenamente aos fins a que se destina porque isto seria até injurioso dado valor e excellencia de sua feitura. Carlos produziu páginas brilhantes. O aspecto nimamente nacional do livro é uma verdadeira novidade do genero [...]. (O NORTE, 28 de junho de 1918).

Com relação ao que foi exposto na citação, o livro foi evidenciado pelo seu teor e interesse *nimamente nacional*. Segundo Barbosa (2009, p. 60), *a temática do civismo foi preponderante nos livros didáticos brasileiros a partir da República, por a educação ter tido a função de propagar os ideais desse regime de governo*. Dito isto, acreditamos que o caráter nacional atribuído ao livro *Escola Pittoresca*, é, pois, fator responsável por potencializar a repercussão da obra e sua temática, uma vez que era de interesse dos dirigentes formarem os cidadãos segundo signos patrióticos.

No que concerne à trajetória do intelectual na Paraíba, o ano de 1926 ganha destaque, momento do governo de João Suassuna, pois é nesse período que tem fim a atuação de Carlos D. Fernandes na qualidade de diretor do órgão oficial do governo – jornal *A União*. Ao encerrar suas atividades junto ao jornal, Dias Fernandes retorna ao Rio de Janeiro, onde ali ficou residindo até o seu falecimento em 1942. O intelectual de muitas nuances, conseguiu relevância na Paraíba e em partes do Brasil, diante de determinadas conjunturas políticas e sociais que legitimaram o advogado, o literato, o conferencista e o diretor de periódico.

A produção do Carlos Dias Fernandes, conforme visto anteriormente, é bastante vasta, contudo nos interessa o ponto de intersecção do intelectual e a instituição Lyceu Parahybano, em especial quando das conferências, que de modo geral trazem como anúncio uma proposta pedagógica modernizante daquele ambiente de instrução secundária. *Noção de Pátria (1914)*, é, pois, palestra relevante e atenta ao debate político proposto pelo ideal republicano logo nos primeiros anos deste novo regime.

Defendemos a ideia de ter sido uma conferência que extrapolou os limites espaciais do Lyceu, isso porque, como dito anteriormente, as conferências fizeram parte do projeto de governo do Castro Pinto, que culminou na criação daquilo que chamou de Universidade Popular. Essa última, a Universidade Popular, apesar de ter um público alvo definido pelos trabalhadores proletários, também alcançou uma parcela da sociedade que constituía a mocidade estudiosa daquele ambiente de instrução pública secundária. Portanto, a Instituição foi uma das sedes das conferências e que no ano de 1914, recebeu o Dias Fernandes. O Lyceu viu suas portas serem abertas à sociedade em geral, dentre os quais destacamos a presença significativa dos proletários, estudantes secundaristas e intelectuais das mais variadas estirpes.

A Conferência *Noção de Pátria* foi publicada pelo jornal *A União*, no qual o Carlos D. Fernandes, como dito anteriormente, trabalhava como diretor. Tal publicação, entendemos ter sido importante, no sentido da circulação mesmo da informação e do debate em torno do construto e fortalecimento de uma pátria Brasil. O nacionalismo enquanto elemento nuclear daquele contexto histórico, se apresentou como a peça motriz de uma engrenagem social que seguia no

propósito de estabelecer uma unidade, sendo o sentimento patriótico, os símbolos nacionais e a difusão de conhecimentos diversos o caminho para o moderno, o progresso e o desenvolvimento do país.

A centralidade da conferência, nesse sentido, se justifica pela relevância, enquanto debate nacional, mas também acabou por realçar o papel do Lyceu Parahybano junto à sociedade, levando em conta um processo de renovação estrutural e pedagógica que foi se desenhando ao longo da passagem dos anos do Império à República.

Noção de Pátria foi a conferência apresentada na ocasião das festividades dos 78 anos do Lyceu Parahybano, o convite foi feito pelos professores na intenção de trazer ao púlpito um dos seus ex-alunos, homem de prestígio e respeito dentro da sociedade, talvez como forma de abrihantiar esse momento de renovação da Instituição, haja vista em 1906, quando da ocasião do aniversário de 70 anos, o Lyceu sofrer com a falta de alunos e recursos materiais, não havendo o que se comemorar (MIRANDA, 2016, p.125).

A conferência e o conferencista, ao que parece conferia ao Lyceu um status positivo, pois coroava a Instituição pelos seus 78 anos de existência, mas mais que isso, projetava a concretude de seus propósitos formativos e a sua consolidação enquanto espaço de instrução à serviço de parte da sociedade. Portanto, *Noção de Pátria*, mais que uma conferência, foi, pois, uma celebração da imagem de prestígio e poder desenhada pela e para Instituição. O tom solene da ocasião festiva, colocava o Lyceu, Carlos Dias Fernandes e a República, como signos dessa “nova” nação.

A transição do Império para a República instaurou um regime político atento à promoção do nacional. A instrução, nessa direção, teria um papel fundamental, uma vez que se apresentava como veículo difusor de tais ideais patrióticas. Ao debater a função dos espaços educativos dentro do projeto nacional, Carlos D. Fernandes deixou transparecer a necessidade de reformas pedagógicas que pudessem atender às necessidades da sociedade em curso. As ideias e a influência europeia podem ser sentidas em sua fala,

tendo como marca de discussão o fortalecimento de uma educação nacional, laica, moral, cívica e patriótica.

Um exemplo, pode ser acionado nesse sentido, a saber: a transformação da forma escolar no final do XIX para o XX, em especial com a criação daquilo que a historiografia chamou de grupos escolares. Esses espaços de educação apresentaram um novo ideal de aulas, prédio e organização pedagógica.

[...] para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas - ou grupos escolares, como vieram a ser denominados - foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal (BENCOSTTA, 2011, p. 69).

A citação torna evidente a crítica atribuída ao Império de ser ele lugar de atraso, no qual deixamos aqui saber que não concordamos. Do texto da citação acima, suscitamos o questionamento: como seria possível *esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal?* Segundo argumentou Pinheiro (2001), os grupos escolares foram espaços de uma modernidade educacional, contudo, para estabelecer tal afirmação, não é possível desconsiderar a relação passado/presente, tão necessária para o entendimento do fenômeno educativo, dentre os quais o processo de constituição da forma escolar está inserido.

Sem sombra de dúvidas, a República ao querer se fazer “nova”, acabou construindo um discurso coeso a essa perspectiva que colocava em polos opostos o atraso e o moderno, o arcaico e o progresso, sendo, pois, os elementos ligados à educação um dos nortes desse debate. No que concerne à representatividade das conferências e os seus aspectos pedagógicos, dizemos que essas estavam inseridas nesse ideário do “novo”. Vários foram os pontos de destaque que preconizam a fala do Dias Fernandes, quando da instrução/educação, seus propósitos, forma e métodos. Em relação a este último, o método, o intelectual chamou atenção para a

proposta do método intuitivo quando da fase da educação infantil. Vejamos:

[...] é intuitiva e sentimental, ajustando-se naturalmente, delicadamente, aos gostos instintivos da criança. O coraçoão e o cerebro desenvolvem-se ao mesmo tempo, ao influxo das suas doutrinas; d'ellas irrompem o caracter e o sêr moral, identificados na individualidade civica, pela cultura isochrona do sentimento e da razão (A UNIÃO, 1914, p. 5).

O método intuitivo estava relacionado diretamente à essa ideia da modernidade pedagógica de que tratamos, sendo perceptível a sua indicação e ação, junto aos grupos escolares, que segundo Bencostta (2011), foi sendo utilizado para consolidar esse cenário de mudança e progresso em consonância com o ideário republicano, que seria propagado nesses espaços. Ainda de acordo com o autor, estaria a cargo do novo regime, reestruturar uma escola que aspirasse os ideais republicanos direcionadas a massa iletrada, ou seja, uma educação de instrução básica, voltada à construção da nova nação e cujos determinantes do ensino, fundem-se a influência europeia em seus pressupostos civilizatórios.

Procurando entender melhor essa questão, dialogamos com o pensamento de Porto Júnior (2003), que ao tratar do processo de reorganização do ensino primário destacou:

Na Reforma do Ensino Primário de 1883, Rui defendia uma educação diferenciada. O projeto de 1882, conforme disposto no tomo IV da referida reforma, dividia-se em Liberdade de Ensino, Secularidade da Escola e Instrução Obrigatória (Art. 1.º), Da Educação Primária Pública e seu Magistério (Art. 2.º), Museu Pedagógico Nacional, Escola Normal Nacional de Arte Aplicada, Classes e Escolas de Arte (Art. 3.º), Das Autoridades prepostas ao Ensino (Art. 4.º), Do Fundo Escolar (Art. 5.º), Dos Conselhos Escolares de Paróquia (Art. 6.º), Da Higiene Escolar (Art. 7.º) e Disposições Diversas (Art. 8.º), bem como uma tabela de vencimentos. (PORTO JUNIOR, 2003, p. 26).

Desse modo, a nível nacional prescindia o fervor de reorganizar o ensino, com uma reestruturação do ambiente escolar, introduzindo aspectos do contexto nacional, higiene, obrigatoriedade, dentre

outros fatores que impactavam diretamente a renovação pedagógica dos espaços educativos. É preciso deixar claro, que grande parte das ideias anunciadas por Carlos Dias Fernandes durante a sua conferência acerca da pátria, sua noção e o papel da educação nesse ínterim, estão em constante diálogo com um pensamento estrangeiro, em especial o francês.

A percepção dos ideais estrangeiros do que seria nação na fala do então conferencista, garantiu legitimação e poder ao conhecimento por ele produzido, uma vez que ficava evidente o mergulho teórico no qual teve que realizar para construir o seu argumento interpretativo. A França foi o modelo adotado para tal reflexão, em *Noção de Pátria*, a ideia central girava em torno de que *a terra é o berço comum aos três reinos fraternos e complementares da natureza* (A UNIÃO, 1914, p.7). Para além, o intelectual continua sua fala dizendo que os elementos inerentes aos desígnios de uma nação seriam: o local de nascimento; construção da identidade/consciência de pertencimento ao país de origem; e a ação coletiva, nas atribuições do sentimento de pertença à nação. Tudo isso só viria a lograr êxito quando da instituição de uma constituição, o fortalecimento do Estado e o desenvolvimento da democracia. A liberdade de escolha é apresentada por Dias Fernandes como um caminho que deveríamos traçar para o estabelecimento do nacional, sendo, pois, fundamental a participação do povo como poder constitutivo nas instâncias políticas *capacitando-nos, assim, para a soberania pela exercitação jurídica do governo* (A UNIÃO, 1914, p.7).

Diante dos alinhavos de ascensão do nacionalismo, o documento *Noção de Pátria* se insere no hall de debates acerca da República instaurada: *dizemos nós que é no dia 7 de Setembro o aniversário da nossa Pátria, o dia onomástico do seu nascimento constitucional* (A UNIÃO, 1914, p. 6). Tendo como base esse momento histórico, elucida caminhos para pesar os pressupostos da origem - pátria, chegando a argumentar que essa havia sido criada mesmo antes de sua proclamação, a saber: *Me diríeis que foi em 1500, sob os auspícios de Cabral, que ella irrompeu do mundo ignorado d'America para a vida intensiva e solidaria da civilização* (A UNIÃO, 1914, p. 6). Para Carlos D. Fernandes a pátria Brasil vinha sendo formulada desde o primeiro momento da “descoberta do Novo

Mundo”, sendo dali em diante traçado um percurso que culminaria, anos mais tarde, na definição dos signos e símbolos nacionais.

Essa é uma visão que toma como ponto de partida da história nacional a chegada dos colonizadores às terras *brasilis* e acaba pondo às margens uma parcela significativa da história do país, que não teria sido descoberto, pois na lógica ele já era habitado por seus povos fundadores, os indígenas. Tal perspectiva nos faz apreender a leitura da conferência a partir de uma visão eurocêntrica e linear dos fatos históricos, no qual a noção de pátria foi sendo construída pelo intelectual. A crítica que Dias Fernandes faz aos direcionamentos modernizantes do novo regime, se legitimam ao passo que apresentam o sentido do nacional como elemento edificador de toda uma coletividade social.

E foi, muito provavelmente, pensando nessa coletividade, que Dias Fernandes acionou a língua, como mais um símbolo unificador da pátria: *Amae tambem a nossa patria no conhecimento intimo e no cultivo devoto de sua lingua. Procurae identificarvos nella que é o maior elemento possível de cohesão nacional* (A UNIÃO, 1914, p. 12). A língua nacional imprimia uma íntima conexão de sentimento de pertença dos indivíduos, que estavam representados por algo que lhes era próprio e lhes conferia objeto de identidade - nação.

A noção de pátria está condicionada na língua, pela qual fixamos na retentiva os costumes, as tradições, a estrutura eographica, a tempera dos climas a psycho-physionomia do paiz natal. Bastaria evocar, em testemunhho d’esses conceitos, a persistência da nação hebraica, sem pátria territorial, mas subjectivamente delimitada pelo idioma roufenho dos prophetas. (A UNIÃO, 1914, p. 12).

Como se observa do trecho acima, a língua era uma espécie de elo nacional, sendo necessário todo um trabalho de construção de suas bases e produção de conhecimento a fim de torná-la soberana. Segundo Carlos D. Fernandes, caberia à parte do grupo dos intelectuais, o compromisso com o desenvolvimento e compreensão da língua materna, estando as suas obras e produções a serviço do seu fortalecimento e conseqüentemente, do projeto de constituição da pátria. A língua enquanto símbolo nacional é apresentada

pelo conferencista como algo em constante relação dialógica com a ideia de nação, a saber:

Amor da língua e amor da pátria são expressões homologas, tal é a inextrincável afinidade d'essas idéas correlactas. E não tanto a pátria como a língua, que vem a ser uma continuação imponderável de nós mesmos. [...] E a língua, sómente a língua, – a materia plastica das idéas – que torna os povos inconfundíveis (A UNIÃO, 1914, p. 12).

Dos elementos de valorização do nacional que temos anunciado, a língua, sem sombra de dúvidas, é um dos principais, posto ser a natureza aqui existente, parte constitutiva do Brasil, mas mais que isso, do civismo, dos ideários republicanos e dos pilares educacionais que estruturam aquilo que chamamos – ser brasileiro.

Amemos a pátria pela natureza: a nossa é prodigiosamente bela, fecunda e múltiplice. Moldemos a nossa feição cívica no typo austero e primévo dessas florestas milenárias, que foram o berço da nossa raça e ainda são os rendilhados estemmas da nossa juventude americana. (A UNIÃO, 1914, p.12).

Não temos dúvidas, de que a noção de pátria proferida pelo Carlos Dias Fernandes no momento dos festejos dos 78 anos do Lyceu Parahybano, associou o seu conteúdo temático aos propósitos da educação como um espaço de profusão dos ideários nacionais, sendo o território, a língua, a construção identitária do corpo social, bases fortes desse processo de pertencimento ao país. O Lyceu nesse sentido, revestido de uma representatividade por e para ele conferida pelo conjunto social, casava bem com o projeto republicano associado a um traço moderno e de progresso, sendo sua estrutura pedagógica, seu corpo docente e discente, seu prédio, reformando uma imagem auspiciosa da denominação daquilo que vinha sendo apresentado como “novo” e mais, da confluência de pensamentos e trânsito de intelectuais que davam sentido, anunciavam debates e construíam caminhos para o Estado Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que procuramos aqui percorrer os caminhos teórico metodológicos, sobretudo, da história dos intelectuais, assim, nos inclinamos na tentativa de traçar pontos de conexão a partir das leituras, questionamentos e interpretações acerca das fontes que apontaram indícios sobre qual sujeito estamos tratando, a saber: o intelectual Carlos D. Fernandes e suas produções, que em alguma medida influenciaram nos debates sociais, políticos e educacionais que circularam nacionalmente, mas mais marcadamente no território paraibano.

Destacamos nesse movimento, os espaços e as suas redes de sociabilidades mais frequentes, no qual podemos sinalizar o jornal *A União*, por ser seu local de trabalho e de compartilhamento de ideias que envolviam questões sociais, culturais, políticas e educacionais. Ademais, identificamos a figura do Dias Fernandes, entrelaçada ao ambiente formativo do Lyceu Parahybano, a mais antiga e maior instituição de ensino público secundário do Estado.

Assim, levando em consideração sua trajetória de vida, dentre as quais fez parte o Lyceu, atentamos ao fato de que retornar às origens escolares desses homens letrados, nos permitiu recuperar os possíveis passos para a inserção na vida política e intelectual dos mesmos, conforme argumentou Sirinelli (2003). De maneira que ao voltarmos a atenção para sua trajetória desde a época da formação secundária, também retornamos ao início do vínculo de amizade entre Carlos D. Fernandes e Castro Pinto, vínculo este que desencadeou grandes conquistas na vida pública de ambos, seja na qualidade de jornalista, político, jurista e professor.

Ao que nos pareceu, o convite do Sr. Castro Pinto em 1913 ao Carlos Dias Fernandes foi, pois, um divisor de águas no que pese aos seus escritos e produções. Dirigir o órgão oficial do governo, o jornal *A União*, lhe garantiu prestígio/êxito junto ao conjunto social, além de repercutir suas ideias, que julgamos terem circulado para além da materialidade do jornal, a exemplo da conferência *Noção de Pátria* e o seu ideal de civismo, progresso e modernidade que se tornavam evidentes na sociedade, na política e na educação, em especial quando tratamos do referencial pedagógico anunciado para o Lyceu, mas também enquanto marca simbólica da República.

Por tudo isto, concluímos que ao analisar o percurso de vida do Carlos D. Fernandes, sobretudo levando em consideração a perspectiva anunciada pelo Sirinelli (2003) e Vieira (2015), do que seja o intelectual, pudemos estabelecer uma relação do sujeito, o espaço social, suas ações e ideias, uma vez que atuou fortemente no início do século XX, como um mediador político cultural, intervindo nos debates da época e tratando diretamente de temas relevantes a “nova” sociedade republicana, tal qual o fora a sua conferência *Noção de Pátria*, apontada aqui nesse artigo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009, 145p. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>

BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: Maria Stephanou; Maria Helena Camara Bastos. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. (Século XX). 4ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, v. III, p. 68-76.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 77 p.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuck. Primeira República, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento do Castro Pinto (1886-1915). **Dissertação** (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012, 188 p.

FARIA FILHO, L. M.; INACIO, M. S.; CHAMON, C. S. Apresentação. In: FARIA FILHO, L. M.; INÁCIO, M. S.; CHAMON C. S. (org.) **Políticos, literatos, Professores, Intelectuais**: o debate público sobre a educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. Das Aulas Avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). **Tese** (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012, 279 p.

GALVÍNCIO, A. S. Atuação Educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MIRANDA, Itacyara Viana. Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos (1886-1923). **Tese** (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016. 205p.

NÓVOA, António. “A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português”. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 11-31.

PARAHYBA, Estado da. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba pelo Presidente de Estado, João Pereira de Castro Pinto, em 1 de setembro de 1913**. Paraíba. Imprensa Oficial. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

PARAHYBA, Estado da. A UNIÃO, **Imprensa Oficial**: Paraíba 1914 – Noção de Pátria. (Acesso em 3 de novembro de 2020, Arquivo Jornal A União).

PARAHYBA, Estado da. O NORTE, **Imprensa Oficial**: Paraíba 1913. (Acesso em 28 de fevereiro de 2020, Arquivo Jornal O NORTE).

PARAHYBA, Estado da. O NORTE, **Imprensa Oficial**: Paraíba 1918 (Acesso em 5 de novembro de 2020, Arquivo Jornal O NORTE).

PARAHYBA, Estado da: O JORNAL, **Imprensa Oficial**: Paraíba 924. (Acesso em: 3 de dezembro de 2020, Arquivo <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>).

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas, a era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001).

PORTO JÚNIOR, F. G. R. EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930). **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, Ano I, n. 1, p. 23 a 32, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 3-12.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História Intelectual e História dos intelectuais: diálogo acerca da escrita da história da educação. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (org). **História Intelectual e Educação**: trajetórias, impressos e eventos. Juiaí: Paco Editoril, 2015, p.11- 26.